

CONTRATO CEDAE N.º **081** /2018 (DF)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **ANTÍGUA MATERIAIS PARA SANEAMENTO EIRELI - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **ANTÍGUA MATERIAIS PARA SANEAMENTO EIRELI - EPP**, sediada na Rua Higinio Ribeiro de Carvalho, nº 92, Parque Meia Lua, Jacareí/São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 20.880.701/0001-70, neste ato por meio de seu Titular ao final assinado, Sr. JOSÉ ANTÔNIO DE MELLO JUNIOR, portador da carteira de Identidade nº 11.811.113-9 (SSP-SP), inscrito no CPF sob n. 438.235.136-72, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU"** com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.699/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 322/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU"**, itens 01 e 02, do Anexo I ao Edital, conforme tabela abaixo.

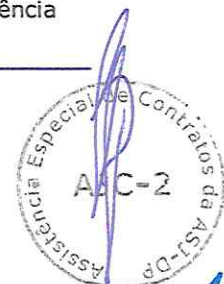
Itens	Descrição	Quantidade (M³)
01	Pedra para filtro - Seixo rolado de 1/4" a 1/2".	200
02	Pedra para filtro - Seixo rolado de 1/8" a 1/4".	200

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **10 (dez) semanas**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital).



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **322/2018 ASL-DP** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

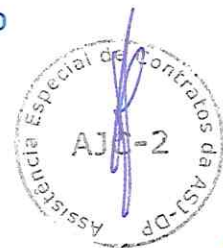
PARÁGRAFO QUARTO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016



Código Orçamentário: 33.90.30.10
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110202
Centro de Custos: DG00010000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000610

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 225.368,00 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais)**, conforme tabela abaixo.

Itens	Descrição	Quant. (M³)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Pedra para filtro - Seixo rolado de 1/4" a 1/2".	200	554,62	110.924,00
02	Pedra para filtro - Seixo rolado de 1/8" a 1/4".	200	572,22	114.444,00
TOTAL:				225.368,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à



regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

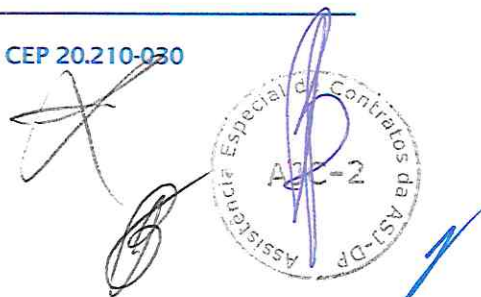
CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 225.368,00 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.



PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.



c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais



Assessor Especial de Contratos da ASU-DP
ATC-2

pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

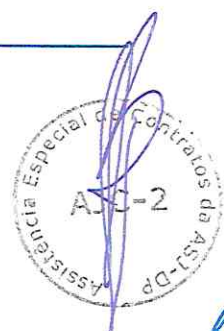
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da



execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

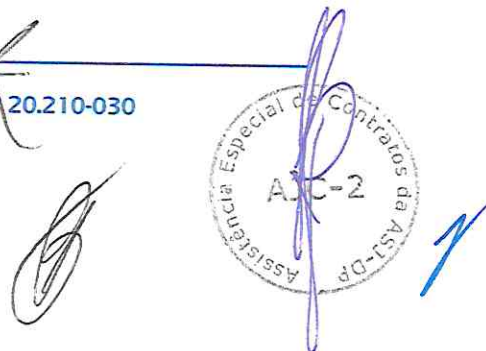
PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 12 de JUNHO

de 2018.

Pela **CEDAE**:



JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente



HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



JOSÉ ANTÔNIO DE MELLO JUNIOR
Titular

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-ANTIGUA-MATERIAIS-PARA-SANEAMENTO-aquisição-de-material-filtrante-PE-322-2018-VB



PODER EXECUTIVO

com justificadas as faltas para fins disciplinares, na forma do art. 52, § 2º do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Decreto nº 2.479/79.

PROCESSO Nº E-26/0071728/2016 - ACOELHO os esclarecimentos prestados pela Superintendente de SRR, lançados às fls. 60, bem como os fundamentos trazidos à colação pela Comissão Especial de Avaliação, na forma das atas que instruem os presentes autos. Assim sendo, tendo insubsistente o despacho exarado às fls. 59, que determinava a instauração de inquérito administrativo, em face do servidor LUCIANO REIS ABREU, matr. nº 37.323-3.

PROCESSO Nº E-26/00711614/2015 - ACOELHO, por inteiro, o relatório final elaborado pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo - CIPQA. Arquivou-se o presente processo administrativo disciplinar, por extinção de culpabilidade pelo falecimento do servidor DILSON FONSECA DA MOTA, matr. nº 2691-4.

Id: 2113038

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO REITOR
DE 14.06.2018

PROCESSO Nº E-26/0072070/2015 - AUTORIZO o afastamento de HEITOR EVANGELISTA DA SILVA, matr. nº 33.469-8, para participação no evento "SCAR 2018/IASC open Science Conference", no período de 14/06/2018 a 26/06/2018, em Davos, Suíça.

Id: 2113030

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
ATOS DA VICE-DIRETORA
DE 30.01.2018

PORTARIA Nº 001/2018 - DESIGNA os docentes Prof.ª Dr.ª Deise Manoel, matr. nº 33.697-4, Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia, matr. nº 30.735-5, Prof. Dr. Ronaldo João Jacques Arendt, matr. nº 7000-3, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão de Admissibilidade do processo de promoção para a categoria de Professor Titular, da Prof.ª LEILA MARIA TORRACA DE BRITO, matr. nº 6.461-8, do Instituto de Psicologia, aprovados pelo Conselho Departamental, nos termos que constam no Proc. nº E-26/0075125/2017.

DE 05.03.2018

PORTARIA Nº 004/2018 - DESIGNA os docentes Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia, matr. nº 30.735-5, Prof.ª Dr.ª Maria Lucia Solid de Moura, matr. nº 30.431-9, e Vera Portocarrero, matr. nº 30.885-8, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão de Admissibilidade do processo de promoção para a categoria de Professor Titular, da Prof.ª SONIA ALBERTI, matr. nº 30.415-0, do Instituto de Psicologia, aprovados pelo Conselho Departamental, nos termos que constam no Proc. nº E-26/0071243/2018.

PORTARIA Nº 006/2018 - DESIGNA os professores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para constituir a Comissão Examinadora do processo de promoção para a categoria de Professor Titular, da Prof.ª LEILA MARIA TORRACA DE BRITO, matr. nº 6.461-8, aprovados pelo Conselho Departamental do Instituto de Psicologia, nos termos que constam no Proc. nº E-26/0075125/2017:

Membros Titulares:
Prof.ª Dr.ª Deise Manoel, matr. nº 33.697-4;
Prof.ª Dr.ª Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro - UFRJ;
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Nascimento - UFF;
Prof.ª Dr.ª Ana Maria Szapiro - UFRJ;
Prof. Dr. Ronaldo João Jacques Arendt, matr. nº 7000-3;
Membros Suplentes:
Prof.ª Dr.ª Jane Correa - UFRJ;
Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia, matr. nº 30.735-5.

DE 05.06.2018

PORTARIA Nº 009/2018 - DIVULGA que a Comissão de Admissibilidade do processo de promoção para a categoria de Professor Titular da docente LEILA MARIA TORRACA DE BRITO, matr. nº 6.461-8, do Instituto de Psicologia, instituída pela Portaria nº 01/PSI/2018 considerou a avaliação aprovada no processo de promoção para a categoria de Professor Titular, sendo esse resultado homologado pelo Conselho Departamental desta Unidade Acadêmica nos termos que constam no processo nº E-26/0075125/2017.

PORTARIA Nº 010/2018 - DIVULGA que a Comissão Examinadora do processo de promoção para a categoria de Professor Titular da docente LEILA MARIA TORRACA DE BRITO, matr. nº 6.461-8, do Instituto de Psicologia, instituída pela Portaria nº 06/PSI/2018 considerou a avaliação aprovada no processo de promoção para a categoria de Professor Titular, sendo esse resultado homologado pelo Conselho Departamental desta Unidade Acadêmica nos termos que constam no processo nº E-26/0075125/2017.

Id: 2113040

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REDE SÍRIUS
ATOS DA DIRETORA
DE 25/04/2018

INDICA a servidora ESTER APARECIDA LIMA DE SOUZA, matrícula 34359-0, como responsável pela guarda e conservação dos bens inventariados pela DIBENM e localizados na Biblioteca do Centro de Educação e Humanidades E - Cito Psíquico - CEH-E, a contar de 25/04/2018;

INDICA o servidor MARCOS ANTONIO VIANNA DOS SANTOS, matrícula 33842-6, como responsável pela guarda e conservação dos bens inventariados pela DIBENM e localizados na Biblioteca do Centro de Tecnologia e Ciências P - CTC-P, a contar de 25/04/2018.

Id: 2112817

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 07/06/2018

PROCESSO Nº E-26/004285/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, de exercícios anteriores - DEA, no valor de R\$ 177,00 (cento e setenta reais), em favor de ELVIRA CARVALHO, referente a diárias pela realização de palestras para alunos do curso de biologia no Polo de Resende/RJ, de competência de fevereiro e março de 2017, de acordo com o disposto no Art. 14, Inciso VI do Decreto nº 41.880, de 25/05/2009 e em atendimento às determinações contidas no Decreto nº 46.230, de 31/01/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018.

PROCESSO Nº E-26/ 00480/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, de exercícios anteriores - DEA, no valor de R\$ 442,50 (quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em favor de CLICIA GRAVITOL GASPARI DE MATOS, referente a diárias pela realização de atividades presenciais no Polo CEDERJ, de competência do exercício de 2016, de acordo com o disposto no Art. 14, Inciso VI do Decreto nº 41.880, de 25/05/2009 e em atendimento às determinações contidas no Decreto nº 46.230, de 31/01/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018.

Id: 2113072

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 13.06.2018

PROCESSO Nº E-26/38.112/2007 - ALAN TELES MARTINS - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0223.577-8, período base de 12.01.2013 a 10.01.2018.

PROCESSO Nº E-26/73.314/2004 - CASSIA OLIVEIRA MOTA - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0220.847-8, período base de 29.03.2013 a 11.05.2018.

PROCESSO Nº E-26/37.333/2007 - MARA RIBEIRO CORREA - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0223.144-7, período base de 19.04.2013 a 17.04.2018.

PROCESSO Nº E-26/76.205/2004 - MARIA HELENA RIBEIRO DA

COSTA - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0222.349-3, período base de 20.03.2012 a 16.05.2017.

PROCESSO Nº E-26/79.736/2003 - MARIA MARLENE DE ALCANTARA DOS SANTOS - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - matr. nº 00/0220.683-7, período base de 05.11.2012 a 03.11.2017.

PROCESSO Nº E-26/32.924/2008 - MESSIAS DA SILVA BRUM DE SOUZA GUERRA - ALMOXARIFE - matr. nº 00/0220.052-5, período base de 23.02.2013 a 21.02.2018.

PROCESSO Nº E-26/0054131/2018 - NATHALI PIMENTEL DA ROSA - AGENTE ADMINISTRATIVO - matr. nº 000226.138-6, período base de 25.07.2011 a 07.10.2016.

PROCESSO Nº E-26/40.795/2008 - RICARDO ALEXANDRE SANA-BRIA DA SILVA BORDA - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0220.383-4, período base de 11.04.2008 a 09.05.2013.

PROCESSO Nº E-26/0051172/2018 - RICARDO STAVRAKAKIS - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0226.062-8, período base de 14.05.2011 a 09.08.2016.

RECONHEÇO DIREITO A 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROCESSO Nº E-26/35.490/2005 - FABIANO PORTAL CHAGAS - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0222.575-3, período base de 31.05.2005 a 27.05.2015.

PROCESSO Nº E-26/0051149/2018 - ROBSON LOPES SOUZA - MOT PROF CAT D - matr. nº 00/0222.794-0, período base de 13.02.2001 a 09.03.2006 e de 01.11.2009 a 07.11.2013.

RECONHEÇO DIREITO A 06 (SEIS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROCESSO Nº E-26/35.492/2005 - FABIANO PORTAL CHAGAS - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0220.001-2, período base de 25.02.2003 a 20.02.2018.

PROCESSO Nº E-26/0054743/2017 - NELSON RODRIGUES DA CUNHA - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0220.692-9, período base de 06.03.1998 a 04.03.2003 e de 18.12.2004 a 15.12.2014.

RECONHEÇO DIREITO A 09 (NOVE) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROCESSO Nº E-26/005480/2017 - PAULO TENORIO DE ABREU - PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0222.850-0, período base de 09.02.1998 a 03.02.2018. **RECONHEÇO DIREITO A 12 (doze) meses de Licença Especial.**

PROCESSO Nº E-26/73.719/2004 - DINA RODRIGUES DE ALMEIDA, INSPETOR DE ALUNOS II - matr. nº 00/0221.439-3.

PROCESSO Nº E-26/75.131/2001 - FÁTIMA CRISTINA BITTEN-COURT RANGEL, PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/0823.191-2.

PROCESSO Nº E-26/41.206/2011 - JUAZEU REINA TONASSI, PROFESSOR FAETEC I - matr. nº 00/197.263-7.

INDEFIRO O PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL

RETIFICAÇÕES

D.O. DE 06.11.2012
PÁGINA 18 - 3ª COLUNA
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 19.10.2012

PROCESSO Nº E-26/41.206/2011 - JUAZEU REINA TONASSI
Onse-se lê: ... 25.05.2007 a 28.05.2012.
Leia-se: ... 30.05.2007 a 30.07.2012.

D.O. DE 16.04.2018
PÁGINA 14 - 1ª COLUNA
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 10.04.2018

PROCESSO Nº E-26/005389/2017 - AMÁLIA DA MOTA MENDONÇA FERREIRA
Onse-se lê: ...INSPETOR DE ALUNOS I...
Leia-se: ...INSPETOR ESCOLAR...

Id: 2112269

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA FIA - RJ/P Nº 408 DE 12 DE JUNHO DE 2018

ALTERA A PORTARIA FIA-RJ/P Nº 302 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIA/RJ, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os procedimentos a serem adotados na execução de convênios, definidos pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Gerente Executivo do convênio do Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente com Deficiência e do Programa de Reinserção Familiar, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, constituída pela Portaria FIA/RJ/P Nº 302, de 15 de abril de 2016, publicado no D.O. de 18 de abril de 2016, com o objetivo de substituir a servidora SÔNIA FONSECA ILHA, com Id. Funcional nº 2856097-3, pela servidora KATHIA DE ARAUJO NICOLINI, com Id. Funcional nº 5093830-4 a fim de atender aos preceitos estabelecidos pelo art. 21, incisos e demais dispositivos de pertinência da cidade função, disciplinados pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2018

NEUZA MARIA FERREIRA JORDÃO
Presidente

Id: 2112992

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO
APOSTILAS DO COORDENADOR
DE 13.06.2018

CONTRATO INEA Nº 31/2017, celebrado em 01/11/2017, publicado no D.O. de 06/11/2017 - Fica reajustado o valor mensal unitário dos postos de serviço relativos ao Contrato, firmado com RIO DE JANEIRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA-ME, a contar de 01 de março de 2018, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, dos Sindicatos das Empresas de Asseio e Conservação do Estado / Município do Rio de Janeiro, alterando o valor mensal contratual de R\$ 373.332,13 (trezentos e setenta e três mil trezentos e trinta e dois reais e treze centavos), para 387.265,65 (trezentos e oitenta e sete mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). Processo nº E-07/0024019/2017.

CONTRATO INEA Nº 23/2015, celebrado em 25/03/2015, publicado no D.O. de 03/03/2015 - Fica reajustado o valor mensal unitário dos postos de serviço relativos ao Contrato, firmado com RIO DE JANEIRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA-ME, a contar de 01 de março de 2018, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, dos Sindicatos das Empresas de Asseio e Conservação do Estado / Município do Rio de Janeiro, alterando o valor mensal contratual de R\$ 110.416,44 (cento e dez mil quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos), para R\$ 110.191,97 (cento e dezesseis mil cento e noventa e um reais e noventa e sete centavos). Processo nº E-07/0021640/2014.

Id: 2113079

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE POS-LICENÇA
DESPACHOS DO DIRETOR
DE 12.06.2018

PROC. Nº E-07/509.391/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Drogarias Pacheco S/A, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 45/51.

PROC. Nº E-07/509.894/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Tosana Agropecuária S/A, RECUSO a solicitação de prova complementar feita na mencionada impugnação; acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 33/40.

PROC. Nº E-07/503.556/09 - DEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Alberto da Hora Reparação de Peças Metálicas Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 57/62.

PROC. Nº E-07/515.101/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Cooperativa Grande Rio de Transportes de Frioamento, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 17/21.

PROC. Nº E-07/002.0204/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Agila Especialidades Farmacêuticas Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 27/31.

PROC. Nº E-07/512.083/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Transportadora A/N do Gramacho Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 21/24.

PROC. Nº E-07/511.988/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Thor Granitos e Mármore S/A, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 33/38.

PROC. Nº E-07/002.15933/13 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Rio Ita Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 39/43.

PROC. Nº E-07/002.13069/13 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Apoio Distribuidora Agrícola Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 142/148.

PROC. Nº E-07/002.10581/13 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Votorantim Cimentos S/A, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 52/100.

PROC. Nº E-07/002.11834/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa de Gasolina Via Flor Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 35/42.

PROC. Nº E-07/002.12717/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Auto Posto Senilho do Mar Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 35/42.

PROC. Nº E-07/002.9724/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Cook-Pit Posto de Gasolina Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 57/63.

PROC. Nº E-07/513.269/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Itava, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 38/43.

PROC. Nº E-07/002.10536/13 - ANULO a decisão referente ao processo nº E-07/002.10536/13, a qual foi publicada às fls. 25 do DOERJ datado de 09/11/16; INDEFIRO a impugnação apresentada pela Sociedade de Obras e Projetos de Engenharia Ltda., acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 71/77.

PROC. Nº E-07/509.467/11 - INDEFIRO a impugnação apresentada por Uberlândia de Costa Freire; acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 63/69.

PROC. Nº E-07/505.303/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 50/54.

PROC. Nº E-07/513.712/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela CIO RIO S/A, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 38/42.

PROC. Nº E-07/501.224/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada por Ronaldo Fábio Gomes, acolhendo a manifestação expressa pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 54/63.

DE 07/06/2018

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MEDIO PARAIBA DO SUL
DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 30/03/2018

PROC. Nº E-07/203.698/2008 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa Parque Industrial Holak, para a atividade de fabricação de tijolos cerâmicos. Com base nos autos do processo.

PROC. Nº E-07/202.438/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa Manuela de Carols Corrêa, para a atividade de produção de carvão vegetal. Com base nos autos do processo.

PROC. Nº E-07/203.558/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa Posto de Gasolina Tuscany Ltda, para a atividade de revenda de combustíveis líquidos. Com base nos autos do processo.

Id: 2113033

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/04/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membros titulares e WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II, e LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório II, como membros suplentes. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GIANDU", de que trata o Processo E-07/100.699/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.122/2018.

Id: 2112952

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 16/05/2018

***DESIGNA FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARRUDA, Agente de Saneamento H, como Presidente, REGINALDO RAMOS e DEBORA DE FREITAS, Agente de Saneamento H, como membros titulares e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, ALVARO SILVA ANDRADE, Agente de Saneamento F, SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, ANDERSON VIEIRA MANSUR e JUDAS TADEU FAJARD VALENTE, Agente de Saneamento H, COSME CESAR PARRIZZI, Agente de Saneamento C, LUIZ CLAUDIO CAMARGO DE CARVALHO, Analista de Qualidade B, ITALO HENRIQUE MARQUES SARTORI, Técnico de Laboratório II, NIVALDO DA SILVA PORTO, Agente Administrativo F, como membros titulares e GIOVANI CARDO-RO, Agente de Saneamento H, como membro suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE POLÍCLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAC)", de que trata o Processo E-07/100.286/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.138/2018.**

*Omitido no D.O. de 29/05/2018.

Id: 2112064

3.467/00. PENALIDADE: R\$ 2.763,30. PROCESSO Nº E-07/002.12310/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149306

NOME: Utar Embalagens e Utilidades Indústria e Comércio Ltda EPP CNPJ/CPF Nº: 18.889.258/0001-56. ENDEREÇO: Rua Sebastião da Silva Maderia, s/nº, Centro. MUNICÍPIO: Camandor Levy Gasparian - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na Notificação nº SUPMEPEAI/01068336. ENQUADRAMENTO: Art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 2.072,95. PROCESSO Nº E-07/002.11932/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149321

NOME: DVF Comercial e Industrial Ltda CNPJ/CPF Nº: 01.282.709/0002-93. ENDEREÇO: Rodovia RJ 145, KM 67, nº 22540, Santa Terzinha MUNICÍPIO: Valença - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na Notificação nº SUPMEPEAI/01068336. ENQUADRAMENTO: Art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 1.761,72. PROCESSO Nº E-07/002.11742/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149304

NOME: Dinco Construção e Incorporação Ltda. CNPJ/CPF Nº: 00.070.727/0001-45. ENDEREÇO: Estrada Governador Chagas Freitas, Santa Clara, MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Por promover e dispor terra na rede de drenagem próxima a entrada principal do condomínio mohema 1 e 2, pelo corteamento de sólidos (terra) para as vias públicas do bairro. ENQUADRAMENTO: Art. 84 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 15.506,79. PROCESSO Nº E-07/002.13756/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149416

NOME: Condomínio Green Park. CNPJ/CPF Nº: 01.346.330/0001-04. ENDEREÇO: Rua 318, nº 01-A, Sessenta. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na Notificação nº SUPMEPEAI/01068336. ENQUADRAMENTO: Art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 2.060,29. PROCESSO Nº E-07/002.03295/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150013

NOME: Litis Participações Ltda. CNPJ/CPF Nº: 05.029.837/0001-87. ENDEREÇO: Rua Oros, nº 535, Parque Industrial. MUNICÍPIO: São José dos Campos - RJ. INFRAÇÃO: Por não atender o condão estabelecido em reunião dia 27/01/2015, realizada no MP/Resende. ENQUADRAMENTO: Art. 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 2.060,29. PROCESSO Nº E-07/002.09092/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149977

NOME: Casa de Caridade Santa Rita. CNPJ/CPF Nº: 28.572.311/0001-44. ENDEREÇO: Rua Franklin de Moraes, 67, Centro. MUNICÍPIO: Barra do Piraí - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na Notificação nº SUPMEPEAI/01068336. ENQUADRAMENTO: Art. 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 2.763,30. PROCESSO Nº E-07/002.11839/2016.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 081/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ANTIGUA MATERIAIS PARA SANEAMENTO EIRELI - EPP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU, itens 01 e 02, do Anexo I ao Edital. PRAZO: 10 (dez) semanas. VALOR: R\$ 225.368,00 (duzentos e vinte e cinco mil trezentos e sessenta e oito reais). DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.699/2017 (Pregão Eletrônico nº 322/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 083/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TRATAE INDUSTRIA PARA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI - EPP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU, item 04, do Anexo I ao Edital. PRAZO: 10 (dez) semanas. VALOR: R\$ 644.436,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais). DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018. FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.699/2017 (Pregão Eletrônico nº 322/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 082/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a VERMONT SANEAMENTO E HIDRAULICA EIRELI - EPP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU, item 03, do Anexo I ao Edital. PRAZO: 10 (dez) semanas. VALOR: R\$ 207.368,00 (duzentos e sete mil trezentos e sessenta e oito reais). DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018. FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.699/2017 (Pregão Eletrônico nº 322/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO Nº 016/2018 (DS) DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a WAVES SOLUÇÕES AMBIENTAIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Realização de atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico destinados à concepção, construção de um sistema temporário de tratamento de esgotos como solução de curto prazo para locais com baixa vazão de afluentes e desprovidos de estações de tratamento. PRAZO: 60 (sessenta) dias. VALOR: Não possui valor estimado, uma vez que será feito sem qualquer repasse de valor por parte da CEDAE. DATA DA ASSINATURA: 11/06/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-07/100.080/2017.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 337/2018 - ASL-OP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAC). A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua realização adiada sine die.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 339/2018 - ASL-OP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE MOTOBOMBA SUBMERSÍVEIS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA DA DM. PRAZO PARA CREDENCIAMENTO: Até as 08:00 horas do dia 04/07/2018 no horário de Brasília.

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 09:00 horas do dia 04/07/2018.

DATA E HORA PARA OFERTECIMENTO DE LANCES: Para os itens 01 a 12, de 15:00 horas às 16:00 horas do dia 04/07/2018. Para os itens de 13 a 21, de 11:00 horas às 12:00 horas do dia 05/07/2018. Para os itens de 22 a 30, de 15:00 horas às 16:00 horas do dia 05/07/2018. Para os itens de 31 a 40, de 11:00 horas às 12:00 horas do dia 05/07/2018. Para os itens de 41 a 49, de 15:00 horas às 16:00 horas do dia 05/07/2018.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.252.876,66

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacoes, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permissão de duas resmas de papel tamanho A4 - 75gsm, na Av. Presidente Vargas, nº 2.535 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2112216

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços - SEAPPA de nº 009/2018. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA e a Empresa Sã Leilão Auditores S/S. OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o Contrato nº 009/2018, relativo à contratação de empresa especializada para realizar o serviço de auditoria externa do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - Rio Rural, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório presente no Processo Administrativo SEAPPA nº E-02/007/108/2018. PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 02 (dois) meses, contados a partir da publicação do extrato, deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência. VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). DATA DA ASSINATURA: 14 de junho de 2018. FUNDAMENTO: Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993, e alterações; Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1990, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.

Id: 2113191

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Convênio. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA, e o Município de São José do Vale do Rio Preto. OBJETO: Estabelecer a cooperação entre os municípios para consolidação e expansão das ações afetas à Superintendência de Defesa Agropecuária da SEAPPA, visando a manutenção da instalação, no Município de São José do Vale do Rio Preto, de um Posto Municipal de Defesa Agropecuária, visando intensificar suas atividades de defesa sanitária animal, vegetal e de controle de produtos agropecuários industrializados. PRAZO: Cinco anos, a partir da data da assinatura. DATA DA ASSINATURA: 11/03/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-02/002210/2010.

Id: 2113003

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

WORLD BANK

FINANCIAMENTO ADICIONAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS

Nº ACORDO DE EMPRÉSTIMO: 8200-BR

CONTRATO Nº 011/2018. ESCOPO DA PROPOSTA: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra para a Reforma dos Escritórios da EMATERIO nas Regiões Serrana e Médio Noroeste. DURAÇÃO DO CONTRATO: 120 (cento e vinte) dias. MODALIDADE DE AVALIAÇÃO: Real

Ajudicatário. NOME: CONSTRUMAX DE ITAOCARA CONSTRUÇÃO REFORMA E PINTURA TÉCNICA LTDA ME. ENDEREÇO: Av. Sérgio Cota nº 88 - Lote 25 - Quadra A - Bairro: Por do Sol - Cidade: Itaocara - Unidade Federativa: Rio de Janeiro - RJ - CEP: 28.570-000. PREÇO DA OFERTA NA ABERTURA DA PROPOSTA: R\$ 640.086,30. PREÇO AVALIADO (na Moeda de Avaliação): R\$ 640.086,30. PREÇO DO CONTRATO (na Moeda de Avaliação): R\$ 640.086,30.

Licitantes Avaliados. NOME: CONSTRUMAX DE ITAOCARA CONSTRUÇÃO REFORMA E PINTURA TÉCNICA LTDA ME. ENDEREÇO: Av. Sérgio Cota nº 88 - Lote 25 - Quadra A - Bairro: Por do Sol - Cidade: Itaocara - Unidade Federativa: Rio de Janeiro - RJ - CEP: 28.570-000. PREÇO DA OFERTA NA ABERTURA DA PROPOSTA: R\$ 640.086,30. PREÇO AVALIADO (na Moeda de Avaliação): R\$ 640.086,30.

Licitantes Rejeitados. Não Aplicável.

Id: 2113012

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: PESAGRO-RIO e Município de Guapimirim. OBJETO: Instituir a cooperação técnica entre as partes convenientes, visando à transferência de tecnologias adequadas ao desenvolvimento rural sustentável no âmbito das atividades agropecuárias no Município de Guapimirim - RJ, visando para a melhoria da qualidade dos produtos rurais, o aumento da produtividade e aumento do valor agregado da produção do local. PRAZO: 04 (quatro) anos, a partir da data da assinatura. DATA DA ASSINATURA: 30/05/2018. Nº DE REGISTRO: 004/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-02/003132/2017.

Id: 2112959

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: TPUT, com ênus, nº 18/174/2018. PARTES: FUNARJ e BARCELO EVENTOS EIRELI - ME. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO JOÃO CAETANO, para realização do evento "CONDECOORAÇÕES DOS SERVIDORES DO IBGE POR TEMPO DE SERVIÇO". DATA DA ASSINATURA: 30/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002429/2018.

*INSTRUMENTO: TPUT, com ênus, nº 18/210/2017. PARTES: FUNARJ e GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do MUSEU DA MODA BRASILEIRA (CASA DA MARQUESA DE SANTOS), para realização de gravação de obra audiovisual, intitulada CIDADE PROIBIDA. DATA DA ASSINATURA: 25/07/2017. FUNDAMENTO: Proc. nº E-13/002612/2017.

*Omitido no D.O. de 14/08/2017.

*INSTRUMENTO: TPUT, com ênus, nº 18/149/2018. PARTES: FUNARJ e REGINALDO SOARES DE ABREU. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO ARMANDO GONZAGA, para realização do espetáculo "HOJE TEM ESPETÁCULO". ASSINATURA: 14/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002114/2018.

*Omitido no D.O. de 01/06/2018.

Id: 2112885

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

*INSTRUMENTO: TPUT, com ênus, nº 18/055/2018. PARTES: FUNARJ e RONALD ROSA MARQUES. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO ARMANDO GONZAGA, para realização do Concerto "TEM HOJE NAQUEM AO DIA DO TRABALHADOR". DATA DA ASSINATURA: 27/02/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002108/2018.

*Omitido no D.O. de 19/03/2018.

*INSTRUMENTO: TPUT, com ênus, nº 19/126/2018. PARTES: FUNARJ e RENATO PEREIRA COELHO. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário da SALA CECILIA MEIRELES, para realização do Concerto "TEM HOJE NAQUEM AO DIA DO TRABALHADOR". DATA DA ASSINATURA: 19/04/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002283/2018.

*Omitido no D.O. de 09/05/2018.

Id: 2112820

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

*INSTRUMENTO: TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO Nº 18/002/2018. PARTES: FUNARJ e KLEUBER DE PAIVA PEREIRA. OBJETO: Doação de 05 TELAS de Luiz Felipe dos Santos Cristofari, e estão descritas e caracterizadas em lista anexa no processo, e foram avaliadas em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). DATA DA ASSINATURA: 26/03/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002182/2018.

*Omitido no D.O. de 13/04/2018.

*INSTRUMENTO: TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO Nº 18/003/2018. PARTES: FUNARJ e HELOISA MARIA PIRES FERREIRA ROCHA. OBJETO: Doação de 13 GRAVURAS, e estão descritas e caracterizadas em lista anexa no processo, e foram avaliadas em R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais). DATA DE ASSINATURA: 25/04/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002306/2018.

*Omitido no D.O. de 15/05/2018.

Id: 2112868

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

*INSTRUMENTO: TPUT, com ênus, nº 18/140/2018. PARTES: FUNARJ e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário da SALA CECILIA MEIRELES, para realização do do espetáculo "SÉRIE DAS LA VERTIGENS - CORAL INFANTIL DA UFRRJ E SPANISH ENSEMBLE". DATA DA ASSINATURA: 09/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002365/2018.

*Omitido no D.O. de 29/05/2018.

Id: 2112824

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912349249. PARTES: FUNARJ e ECT. OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato ora aditado por 12 meses, de 28/04/2018 até 28/04/2019. DATA DE ASSINATURA: 25/04/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002463/2013.

*Omitido no D.O. de 15/05/2018.

Id: 2112837

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ comunica aos interessados que encontra-se disponível o Edital abaixo discriminado:

PROCESSO Nº E-18/002291/2018. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2018 - Tipo Maior Oferta Unitária.

Comunicamos que em razão do disposto na letra "b" do art. 1º do Decreto Estadual nº 46.335, de 11 de junho de 2018, fica adiada a sessão de realização do certame licitatório para o dia 28 de junho de 2018, às 15:00 horas.

LOCAL: Rua Quitanda, 86 / 8º andar - Centro - RJ. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico

www.funarj.rj.gov.br/licitacoes.html, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa, mediante permuta de 01 (uma) resma de papel A4, na Rua Quitanda, 86 / 8º andar - Centro - RJ, no horário compreendido entre 10:00 e 16:00 horas, até 02 (dois) dias antes da realização do certame. Contatos pelo Telefone (21) 2216-8500 ramal 379.

Id: 2112621



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 081/2018 (DF).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE - e a ANTÍGUA MATERIAIS PARA SANEAMENTO EIRELI - EPP.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU", itens 01 e 02, do Anexo I ao Edital.

PRAZO: 10 (dez) semanas.

VALOR: R\$ 225.368,00 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.699/2017 (Pregão Eletrônico nº 322/2018).

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luiz B...' with a long horizontal stroke extending to the right.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 27/04/2018

Designa LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membros titulares e WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II, e LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório II, como membros suplentes. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente,, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU", de que trata o Processo E-07/100.699/2017. Ordem de Serviço "E" N° 15.122/2018.



ORDEM DE SERVIÇO "E" Nº 15.122 DE 27 DE ABRIL DE 2018.

O Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

1. Designar **LEONEL FAGUNDES DE ASSIS**, Agente de Saneamento I, como Presidente, **ROBSON PORTO CARDOSO**, Engenheiro B e **JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA**, Analista de Qualidade C, como membros titulares e **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA**, Técnico de Laboratório II, e **LEANDRO COUTO ROSA**, Técnico de Laboratório II, como membros suplentes, sem prejuízo de suas funções, constituírem **Comissão de Fiscalização** para a **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA FILTRO RÁPIDO DA ETA GUANDU"**, de que trata o Processo E-07/100.699/2017.
2. Designar **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.664 de 07/12/2010, bem como **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, como suplente.


ENGº JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
PRESIDENTE